



**i3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE
DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

Obras de Impermeabilização da Fachada Poente do Edifício i3S

AJUSTE DIRETO N.º 27/2024_EOP

CADERNO DE ENCARGOS

Data: 07/08/2024

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 1 DE 28

**INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO**

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



Índice

Capítulo I - Disposições Gerais4

Cláusula 1ª - Objeto4

Cláusula 2ª - Âmbito da Empreitada5

Cláusula 3ª - Disposições por que se Rege a Empreitada.....5

Cláusula 4ª - Interpretação dos Documentos que Regem a Empreitada.....6

Cláusula 5.ª - Esclarecimento de Dúvidas7

Cláusula 6ª - Início de Vigência e Duração do Contrato7

Cláusula 7ª - Preço Base e Contratual.....7

Cláusula 8ª - Revisão de Preços.....8

Cláusula 9ª - Condições de Pagamento9

Cláusula 10ª - Adiantamentos ao Empreiteiro.....10

Cláusula 11ª - Prazo de Execução da Empreitada10

Cláusula 12ª - Multas por Violação dos Prazos Contratuais.....10

Cláusula 13ª - Rescisão do Contrato.....10

Cláusula 14ª - Subcontratação11

Cláusula 15ª - Execução Simultânea de Outros Trabalhos no Local da Obra12

Cláusula 16ª - Principais Obrigações do Empreiteiro12

Cláusula 17ª - Obrigações Gerais do Empreiteiro13

Cláusula 18ª - Horário de trabalho13

Cláusula 19ª - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho13

Cláusula 20ª - Seguros14

Cláusula 21ª - Outros Sinistros.....15

Cláusula 22ª - Representação do Dono da Obra.....15

Cláusula 23ª - Livro de Registo de Obra.....16

Cláusula 24ª - Sigilo.....16

Cláusula 25ª - Força Maior.....16

Cláusula 26ª - Responsabilidade Extracontratual.....17

Cláusula 27ª - Caução18

Cláusula 28ª - Resolução de Litígios18



Cláusula 29ª - Contagem de Prazos.....18

Cláusula 30ª - Comunicações e Notificações.....19

Cláusula 31ª - Deveres de Informação.....19

Cláusula 32ª - Gestor do Contrato.....20

Cláusula 33ª - Políticas Horizontais.....20

Cláusula 34ª - Confidencialidade e Proteção De Dados Pessoais20

Capítulo II - Disposições Técnicas.....21

Cláusula 35ª - Preparação e Planeamento da Execução da Obra21

Cláusula 36ª - Plano de Trabalhos.....21

Cláusula 37ª - Trabalhos Preparatórios ou Acessórios.....22

Cláusula 38ª - Equipamento23

Cláusula 39ª - Trabalhos de Proteção e Segurança.....23

Cláusula 40ª - Informações Preliminares Sobre o Local da Obra.....24

Cláusula 41ª - Condições Gerais de Execução dos Trabalhos24

Cláusula 42ª - Suspensão dos Trabalhos.....24

Cláusula 43ª - Defeitos de Execução.....25

Cláusula 44ª - Características dos Equipamentos, Materiais e Elementos de Construção.....25

Cláusula 45ª - Amostras Padrão26

Capítulo III - Receção Provisória e Definitiva26

Cláusula 46ª - Receção Provisória26

Cláusula 47ª - Garantia da Obra27

Cláusula 48ª - Receção Definitiva.....27

Capítulo III - Especificações da Empreitada28

Cláusula 49ª - Objetivo da Empreitada28

Desenhos Anexos ao Caderno de Encargos:.....28



Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, gerais e especiais, a inserir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por *Ajuste Direto* pelo **i3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto - Associação** (adiante designado por "Dono da Obra") e que tem por objeto principal a realização de **Obras de Impermeabilização da Fachada Poente do Edifício i3S**.
2. A empreitada tem por objeto a realização dos trabalhos definidos, quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, nos termos do presente Caderno de Encargos e do aludido no n.º 2 do artigo 42.º, obra de manifesta simplicidade das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
3. Classificação da empreitada: Alvará/certificado de classe 1 (valor até 200.00€); 5ª categoria (Outros trabalhos); 11ª Subcategoria (Impermeabilizações e isolamentos).
4. Em todos os locais do presente Caderno de Encargos, onde é feita referência a especificações técnicas normalizadas, deve ser considerada, para todos os efeitos, a menção "ou equivalente".
5. Na situação prevista no ponto anterior, compete ao Empreiteiro demonstrar inequivocamente a existência da equivalência requerida, nos termos previstos no n.º 12 do artigo 49.º e no artigo 49.º-A do Código dos Contratos Públicos, (doravante CCP).
6. O Dono da Obra pode introduzir alterações de pormenor ou solicitar a realização de outros trabalhos para os quais o Empreiteiro esteja apto, desde que relacionados com o objeto da empreitada a realizar.
7. Atento o disposto no número anterior, o Empreiteiro obriga-se ao fornecimento do(s) bem(ns) e prestação dos serviços de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada e na legislação em vigor aplicável ao contrato a executar.
8. A presente empreitada tem a seguinte classificação CPV: **45261420-4** (Obras de impermeabilização).



Cláusula 2ª - Âmbito da Empreitada

A Empreitada inclui os seguintes trabalhos:

- a) A elaboração do Plano de Trabalhos;
- b) A realização dos trabalhos preparatórios e auxiliares;
- c) A execução da obra;
- d) A coordenação de todos os meios afetos à obra;
- e) A receção Provisória da obra.
- f) A receção definitiva da obra.

Cláusula 3ª - Disposições por que se Rege a Empreitada

1. A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP"), na sua atual redação;
- c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
- d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- e) Às regras da arte.

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Empreiteiro nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo código;
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo convidado, desde que aceites expressamente pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O caderno de encargos;
- e) O plano de trabalhos;
- f) A proposta adjudicada;
- g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Empreiteiro;



- h) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
3. Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o Empreiteiro obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com os trabalhos a realizar.
4. O dono da obra está obrigado a definir neste caderno de encargos as especificações técnicas constantes do disposto no artigo 49.º do CCP.
5. O Empreiteiro obriga-se a respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as especificações técnicas definidas nos termos do número anterior.
6. A fiscalização pode, em qualquer momento, exigir do Empreiteiro a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.

Cláusula 4ª - Interpretação dos Documentos que Regem a Empreitada

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução:
- a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
 - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Empreiteiro nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.



Cláusula 5.^a - Esclarecimento de Dúvidas

1. As dúvidas que o Empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor da fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor da fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o Empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 6.^a - Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato entrará em vigor na data da respetiva assinatura e durará pelo prazo necessário à completa e efetiva realização de todas as obrigações assumidas pelo Empreiteiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 7.^a - Preço Base e Contratual

1. Pela execução da Empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, Dono da Obra deve pagar ao Empreiteiro o Preço Contratual de € ____ (____) ⁽¹⁾ acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, no caso do Empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato.

⁽¹⁾ [a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao **preço base de € 21 700 (vinte e um mil, setecentos euros)**]

2. O preço global estabelecido no número anterior inclui todas as despesas, direta e indiretamente, necessárias à execução da empreitada, que são da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro, nomeadamente, com materiais, mão-de-obra, equipamentos, taxas ou impostos, encargos sociais, seguros, selos de contrato, custos e despesas relativas à construção, bem como quaisquer outros de idêntica natureza.
3. Os trabalhos e as respetivas quantidades necessários à concretização de uma atividade são determinados no pressuposto de que a soma de todas as quantidades de um



determinado trabalho inscrito no Plano de Trabalhos tem de ser igual à quantidade desse trabalho no Mapa de quantidades.

4. Os preços unitários dos trabalhos são os da Proposta.
5. Os preços das atividades do Plano de Trabalhos devem ser definidos nos termos da cláusula 36ª.

Cláusula 8ª - Revisão de Preços

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência da alteração dos custos da mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, será efetuada nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, redação vigente e na modalidade fixada neste caderno de encargos.
2. A revisão de preços obedece ao índice de mão de obra F05 - reabilitação ligeira de edifícios à seguinte fórmula:
3. O cálculo da revisão de preços da empreitada é feito com recurso à fórmula polinomial definida no artigo 6.º do suprarreferido diploma legal.
4. O prazo para pagamento das revisões e eventuais acertos, resulta da conjugação entre o CCP e o art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
5. A revisão de preços obedece às seguintes condições, se aplicável:
 - a) Os custos de mão-de-obra e de materiais, fixados de acordo com os valores médios praticados no mercado, são os indicados neste caderno de encargos ou no título contratual;
 - b) A garantia de custo de mão-de-obra não abrange os encargos de deslocação e de transporte do pessoal do Empreiteiro nem os agravamentos correspondentes à prestação de trabalho em horas extraordinárias que não estejam expressamente previstas neste caderno de encargos;
 - c) A revisão de preços relativa ao custo de mão-de-obra incidirá sobre o valor correspondente à percentagem fixada na legislação sobre revisão de preços;
 - d) Se para a aquisição de materiais de preço garantido tiverem sido facultados adiantamentos ao Empreiteiro, as quantidades de materiais adquiridos nessas condições não são suscetíveis de revisão de preços a partir das datas de pagamento dos respetivos adiantamentos;
 - e) Independentemente do direito de vigilância sobre os preços relativos à aquisição de materiais de preço garantido, o Dono da Obra tem o direito de exigir do Empreiteiro a justificação dos respetivos preços.



6. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.
7. Os indicadores económicos da mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio, a adotar para a determinação dos índices da fórmula de revisão de preços referidos na alínea b) do número anterior, são os estabelecidos periodicamente por Despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
8. Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização C_t mensal for igual ou superior a 1% em relação à unidade.

Cláusula 9ª - Condições de Pagamento

1. A quantia devida pelo Dono da Obra, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de **30 (trinta) dias** após a receção e validação da(s) respetiva(s) fatura(s), pelo Dono da Obra.
2. A(s) fatura(s) deve(m) mencionar, obrigatoriamente, o número de requisição do Dono da Obra, sob pena de devolução ao Empreiteiro.
3. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico daf@ibmc.up.pt, ou para outro endereço que o Dono da Obra venha a indicar ao Empreiteiro.
4. A fatura deve ser acompanhada de um auto de medição dos trabalhos, se aplicável.
5. Em caso de discordância por parte do Dono da Obra, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao Empreiteiro, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida; o prazo de pagamento previsto ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1 da presente cláusula, a(s) fatura(s) é/são paga(s) através de transferência bancária.
7. O Empreiteiro fica sujeito aos descontos impostos pela legislação aplicável, no que se refere a todos os pagamentos efetuados.
8. O Dono da obra terá o direito de deduzir no pagamento a efetuar ao Empreiteiro, quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.



Cláusula 10ª - Adiantamentos ao Empreiteiro

Não haverá lugar ao pagamento de adiantamentos ao Empreiteiro.

Cláusula 11ª - Prazo de Execução da Empreitada

1. O prazo máximo de execução da obra é de **15 (quinze) dias**, a contar da data da sua consignação.
2. Na contagem dos prazos de execução da Empreitada consideram-se incluídos todos os dias de calendário, incluindo os Sábados, Domingos e feriados, nos termos do artigo 471.º do CCP.
3. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos, imputáveis ao Empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
4. Não serão atribuídos quaisquer prémios ao Empreiteiro pelo cumprimento do prazo da empreitada.

Cláusula 12ª - Multas por Violação dos Prazos Contratuais

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.
2. No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
3. O Empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 13ª - Rescisão do Contrato

1. O Dono da Obra tem o direito de rescisão do Contrato, sem que o Empreiteiro tenha direito a qualquer indemnização, nos seguintes casos:

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 10 DE 28

INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



- a) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao Empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da Obra, conforme prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 405.º do CCP;
 - b) Se o Empreiteiro suspender os trabalhos por mais de **10 (dez) dias** de calendário seguidos ou dias úteis interpolados, sem autorização escrita do Dono da Obra e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP;
 - c) Se o Empreiteiro não cumprir com a legislação de segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - d) Se o Empreiteiro recorrer a entidades terceiras para cumprir as obrigações contratuais sem comunicação ao Dono da Obra;
 - e) Nas restantes condições previstas no Código dos Contratos Públicos.
2. O incumprimento, por parte do Empreiteiro, confere nos termos gerais de direito, ao Dono da Obra, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Empreiteiro e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Dono da Obra.
4. O Dono da Obra deve notificar o Empreiteiro da decisão de rescisão do Contrato por carta registada, com aviso de receção.
5. Em caso de resolução do Contrato, por qualquer título, o Empreiteiro é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do Contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Dono da Obra.
6. São aplicáveis as restantes condições respeitantes à extinção do contrato previstas no Código dos Contratos Públicos.
7. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, nem a reclamação de indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14ª - Subcontratação

1. Durante a execução do Contrato, o Empreiteiro pode recorrer a novos subempreiteiros sem autorização prévia do Dono da Obra devendo, contudo, comunicar-lhe tal facto no prazo de **5 (cinco) dias de calendário** após a assinatura do contrato de subempreitada, juntando à



comunicação desse contrato e documentos comprovativos do cumprimento dos limites a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 383.º do CCP.

2. O Dono da Obra reserva-se o direito de determinar o recurso a novos subempreiteiros ou ainda a substituição dos indicados no Contrato quando entender que não existem garantias de boa execução técnica dos trabalhos da subempreitada que lhe foi cometida.
3. Todas as subempreitadas devem ser objeto de contratos de subempreitada nos termos do artigo 384.º do CCP.
4. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Empreiteiro e só dele, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada, não reconhecendo o Dono da Obra, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer subempreiteiros que trabalhem por conta ou em combinação com o Empreiteiro.

Cláusula 15ª - Execução Simultânea de Outros Trabalhos no Local da Obra

O Dono da Obra reserva-se o direito de executar quaisquer trabalhos não incluídos na Empreitada, diretamente ou através de terceiros, em conjunto e de forma simultânea com os trabalhos previstos no Contrato, ainda que tenham natureza idêntica à destes últimos, devendo o Empreiteiro, para este efeito, coordenar os trabalhos da Empreitada, em termos de planeamento e execução, com outros trabalhos no local da obra.

Cláusula 16ª - Principais Obrigações do Empreiteiro

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Empreiteiro as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de executar a empreitada nos termos identificados na sua proposta;
 - b) Obrigação de garantia da mesma.
2. A título acessório, o Empreiteiro fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais que sejam necessários e adequados à execução da obra, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos trabalhos a seu cargo.



Cláusula 17ª - Obrigações Gerais do Empreiteiro

1. São da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O Empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do Empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o Empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada deverão estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 18ª - Horário de trabalho

O Empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor da fiscalização da obra.

Cláusula 19ª - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

1. O Empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, ocorrendo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O Empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. Em caso de negligência do Empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor da fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as



providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Empreiteiro.

4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor da fiscalização da obra o exija, o Empreiteiro apresenta, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 17ª.

5. O Empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor da fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Cláusula 20ª - Seguros

1. O Empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguros de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2. O Empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato as apólices de seguros previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3. O Empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o Empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final da data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5. O Dono da Obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do Empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com a entidade seguradora legalmente autorizada.



7. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8. Em caso de incumprimento por parte do Empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 21ª - Outros Sinistros

1. O Empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo de que os veículos afetos às obras pelos subempreiteiros se encontram assegurados.

2. O Empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3. O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anteriores deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4. No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

Cláusula 22ª - Representação do Dono da Obra

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.



2. O Dono da Obra notifica o Empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do Dono da Obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo Empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 23ª - Livro de Registo de Obra

1. O Empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor da fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP:
 - a) Data de início e conclusão da obra;
 - b) Todos os factos que impliquem a sua paragem ou suspensão;
 - c) Todas as alterações feitas ao projeto aprovado;
 - d) Todos os trabalhos complementares que ocorram na obra;
 - e) Todas as alterações ou desvios ao programa de trabalhos;
3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor da fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Cláusula 24ª - Sigilo

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as Partes comprometem-se a não divulgar, durante e após a execução do Contrato, quaisquer informações que obtenham no seu âmbito, designadamente as relativas à outra parte ou aos seus interesses e negócios.

Cláusula 25ª - Força Maior

1. Para efeitos do contrato, são consideradas força maior apenas as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento por uma das partes de quaisquer obrigações assumidas no

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 16 DE 28

INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



contrato, que, cumulativamente, sejam alheias ao seu controlo, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Quaisquer circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, auxiliares ou fornecedores do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como associações ou grupos de sociedades suas subcontratadas;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência seus ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário;
- f) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe à parte que a invocou fazer prova dos respetivos pressupostos.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas apenas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 26ª - Responsabilidade Extracontratual

1. O Empreiteiro responde, nos termos gerais de direito, por quaisquer danos causados no âmbito do Contrato, pela culpa ou pelo risco.



2. O Empreiteiro responde igualmente, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito do Contrato.
3. Pelas multas e indemnizações a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o Empreiteiro tenha a receber, em segundo lugar, as cauções e, finalmente, os restantes bens do Empreiteiro.
4. O Empreiteiro é o único responsável pela inexistência de contratos de seguros legalmente obrigatórios para cobertura de riscos de atividades que exerça no âmbito do Contrato.

Cláusula 27ª - Caução

À luz do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida prestação de caução, bem como é dispensada a dedução para reforço da caução, prevista nos termos do disposto no artigo 353.º do CCP.

Cláusula 28ª - Resolução de Litígios

1. Em caso de litígio ou diferendo emergente de questões relacionadas com o contrato, designadamente relativas à sua interpretação, validade, aplicação ou integração, as partes diligenciarão, por todos os meios de diálogo e modos de composição de interesses, pela obtenção de uma solução concertada para a questão controvertida.
2. Na falta de uma resolução consensual do litígio, nos termos do número anterior, e no prazo máximo de **10 (dez) dias** após a primeira notificação que referir expressamente a necessidade de obtenção de uma solução concertada para o litígio, este será decidido pelo Tribunal da Comarca do Porto, com expressa renúncia de qualquer outro.

Cláusula 29ª - Contagem de Prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.



Cláusula 30ª - Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.
2. As notificações presumem-se efetuadas em consonância com o disposto no Artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo ("CPA").

Para o Dono da Obra:

À atenção de: Serviço de Aprovisionamento

Morada: Rua Alfredo Allen, 208, 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt

Para o Empreiteiro:

À atenção de: [...]

Morada: [...]

Endereço de correio eletrónico: [...]

(A indicar na proposta, para inclusão no contrato a celebrar)

3. As moradas indicadas serão expressamente válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta Cláusula deve ser comunicada à outra parte.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 31ª - Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.



2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 32ª - Gestor do Contrato

1. Incumbe ao Responsável pela Gestão do Contrato o permanente acompanhamento da execução contratual.
2. Responsável pela Gestão do Contrato: [Completar]
3. Contactos do Responsável pela Gestão do Contrato: [Completar]
4. O Responsável pela Gestão do Contrato pode ser modificado pelo Dono da Obra e pode haver um único responsável para todos os contratos celebrados.

Cláusula 33ª - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Empreiteiro deverá garantir, na fase de formação e execução do contrato, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 34ª - Confidencialidade e Proteção De Dados Pessoais

1. O Empreiteiro compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Dono da obra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O Empreiteiro encontra-se obrigado a cumprir as obrigações previstas na Lei da Proteção de Dados Pessoais vigente e no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD),



designadamente o dever de responsabilização do Empreiteiro por todas e quaisquer perdas sofridas pelo Dono da obra no resultado da violação dessas obrigações.

4. A obrigação de confidencialidade do Empreiteiro estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.

5. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.

6. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Empreiteiro ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Capítulo II - Disposições Técnicas

Cláusula 35ª - Preparação e Planeamento da Execução da Obra

1. O Empreiteiro é responsável perante o Dono da Obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos objeto dam empreitada, preparação planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes.

2. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem, entre outros trabalhos:

- a) A elaboração por parte do Empreiteiro do Plano de Trabalhos, nos termos da cláusula seguinte e a apresentação ao Dono da Obra para análise, comentários e validação;
- b) A apresentação pelo Empreiteiro ao Dono da Obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da Empreitada e os respetivos esclarecimentos por parte do Dono da Obra.

Cláusula 36ª - Plano de Trabalhos

1. No prazo estabelecido para o efeito, o Empreiteiro deve apresentar, nos termos e para os efeitos dos artigos 361.º e seguintes do CCP, o Plano de Trabalhos, incluindo plano de mão-de-obra e plano de equipamentos.

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 21 DE 28

INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



2. O Plano de Trabalhos só se considera em vigor após aprovações pelo Dono da Obra, as quais devem ser comunicadas, por escrito, ao Empreiteiro.
3. O Plano de Trabalhos deve, nomeadamente:
 - a) Definir com precisão as datas de início e de conclusão da execução da obra;
 - b) Definir as atividades, com indicação das durações em dias de calendário, das relações de sequencialidade e data prevista de conclusão;
 - c) Respeitar a metodologia definida para a elaboração do Plano de Trabalhos proposto pelo Empreiteiro na sua proposta e conter pelo menos os mesmos meios humanos e de equipamento aí indicados ou equivalentes.
4. O plano de trabalhos constante do contrato pode ser ajustado pelo Empreiteiro ao plano final de consignação apresentado pelo Dono da Obra, nos termos do disposto no artigo 357.º do CCP.
5. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de execução da obra, nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.
6. O plano de trabalhos ajustado carece de aprovação pelo Dono da Obra, no prazo de **5 (cinco) dias** após a notificação do mesmo pelo Empreiteiro, equivalendo o silêncio a aceitação.
7. O procedimento de ajustamento do plano de trabalhos deve ser concluído antes da data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial.

Cláusula 37ª - Trabalhos Preparatórios ou Acessórios

1. O Empreiteiro é obrigado a realizar, à sua custa, todos os trabalhos que, por natureza ou segundo o uso corrente, devam considerar-se preparatórios ou acessórios dos que constituem objeto da empreitada, em conformidade com o disposto na Lei.
2. Entre os trabalhos referidos no número anterior compreendem-se, designadamente, e salvo determinação expressa em contrário no presente Caderno de Encargos, os seguintes, se aplicável:
 - a) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos edifícios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho;



- b) O transporte e remoção, para fora do local da obra ou para outros locais especificamente indicados no presente Caderno de Encargos, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza;
 - c) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem das demolições a fazer para a execução da obra.
3. Os encargos relativos a todos os trabalhos que devam considerar-se preparatórios ou acessórios dos que constituem objeto da empreitada correm por conta do Empreiteiro.

Cláusula 38ª - Equipamento

1. Constitui encargo do Empreiteiro o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, andaimes e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.
2. O equipamento a que se refere o número anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e nos regulamentos de segurança aplicáveis.

Cláusula 39ª - Trabalhos de Proteção e Segurança

1. Para além das medidas referidas no presente caderno de encargos, constitui encargo do Empreiteiro a realização dos trabalhos de proteção e segurança especificados no presente Caderno de Encargos, tais como os referentes a construções existentes nos locais destinados à execução dos trabalhos, se aplicável.
2. Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção e segurança que não estejam previstos nos documentos que integram o Contrato, o Empreiteiro deve avisar o Dono da Obra sobre tal facto, propondo as medidas a tomar, devendo interromper os trabalhos afetados até decisão daquele.
3. O Empreiteiro deve ainda adotar as providências e tomar as medidas adequadas para que os trabalhos a seu cargo sejam executados com toda a segurança, observando sempre as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
4. O referido no número anterior aplica-se igualmente ao pessoal dos subempreiteiros que colaborem na obra.



Cláusula 40ª - Informações Preliminares Sobre o Local da Obra

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no Contrato, constitui obrigação do Empreiteiro inteirar-se localmente das condições de realização dos trabalhos referentes à empreitada, não podendo invocar quaisquer condicionalismos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assume com a execução da empreitada.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se que o Empreiteiro tem cabal conhecimento, designadamente, da natureza, importância e localização das obras a executar, implicação com construções existentes, ainda que não indicadas nas peças desenhadas que, pela sua implantação, poderão dificultar a execução dos trabalhos, dos meios de acesso aos locais da obra, os condicionamentos devidos aos serviços de investigação em curso, pelo que não poderá invocar quaisquer condicionalismos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assume com a execução da empreitada.

Cláusula 41ª - Condições Gerais de Execução dos Trabalhos

1. A obra deve ser executada em perfeita conformidade com o presente Caderno de Encargos, de modo a que estejam asseguradas as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, fica o Empreiteiro obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, as prescrições que decorram do Caderno de Encargos e da legislação aplicável em vigor.
3. O Empreiteiro pode propor a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente Caderno de Encargos por outros que considere preferíveis, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.
4. A proposta referida no número anterior está sujeita a aprovação por parte do Dono da Obra.

Cláusula 42ª - Suspensão dos Trabalhos

Uma eventual suspensão dos trabalhos nos termos do artigo 365.º e seguintes do CCP deve ser sempre formalizada em auto assinado pelo Dono da obra, cujo conteúdo deve compreender, no mínimo, os pressupostos que a determinaram e os termos gerais do procedimento a seguir subsequentemente, se for possível determiná-los, assim como



quaisquer reclamações apresentadas ou reservas apresentadas por qualquer das partes, desde que diretamente relacionadas com a suspensão.

Cláusula 43ª - Defeitos de Execução

1. Se o Dono da Obra verificar que os trabalhos a cargo do Empreiteiro estão a ser deficientemente executados ou não observam algumas das condições contratualmente estabelecidas, será lavrado auto a verificar o facto, sendo o Empreiteiro notificado com junção de um duplicado do auto para, dentro do prazo razoável que lhe seja simultaneamente indicado, eliminar os defeitos ou suprir os vícios da obra.
2. O estipulado no número anterior não constitui motivo justificativo de qualquer prorrogação dos prazos de conclusão dos trabalhos.
3. Se for de presumir a existência dos referidos defeitos, mas os mesmos não puderem ser comprovados por simples observação, o Dono da Obra pode, em qualquer altura até ao termo do prazo de garantia, ordenar as demolições necessárias para apurar se se confirmam ou não tais deficiências, lavrando-se em seguida um auto nos termos do n.º 1.
4. Se as deficiências referidas no número anterior se confirmarem, os encargos com as demolições e as reconstruções correm por conta do Empreiteiro, não havendo lugar, nesse caso, à prorrogação dos prazos de conclusão dos trabalhos.

Cláusula 44ª - Características dos Equipamentos, Materiais e Elementos de Construção

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra devem ter as qualidades, dimensões, formas e demais características definidas, no presente Caderno de Encargos e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias normalizadas ou admitidas nos mesmos documentos.
2. Sempre que o presente Caderno de Encargos ou o Contrato não fixem as características de equipamentos, materiais ou elementos de construção, o Empreiteiro não pode empregar materiais que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
3. Nos casos previstos no número anterior, o Empreiteiro deve propor ao dono da Obra, por escrito, a aprovação dos equipamentos, materiais ou elementos de construção escolhidos, devendo tal proposta ser apresentada, de preferência, no período de preparação e



planeamento da Empreitada e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do Plano de Trabalhos.

4. O Empreiteiro pode propor a substituição contratual de equipamentos, materiais ou de elementos de construção, desde que a fundamente por escrito e indique em pormenor as características a que esses equipamentos, materiais ou elementos deverão satisfazer, bem como o prazo em que o Dono da Obra se deverá pronunciar.

Cláusula 45ª - Amostras Padrão

1. Sempre que o Dono da Obra ou o Empreiteiro o julguem necessário, este último deve apresentar amostras de materiais ou dos elementos de construção a utilizar, as quais servirão de padrão depois de aprovadas pelo Dono da Obra.
2. As amostras devem ser acompanhadas, se a sua natureza o justificar ou se tal for exigido pela fiscalização, de certificados de origem e de análise ou ensaios realizados em laboratório oficial.
3. Sempre que a apresentação das amostras ocorra por iniciativa do Empreiteiro, ela deve ter lugar, sempre que possível, durante o período de preparação e planeamento da obra e, em qualquer caso, de modo a que as diligências de aprovação não prejudiquem o cumprimento do Plano de Trabalhos.
4. A aprovação do Dono da Obra das amostras padrão, lotes de materiais, equipamentos ou elementos de construção, em caso algum diminui a responsabilidade do Empreiteiro.

Capítulo III – Receção Provisória e Definitiva

Cláusula 46ª - Receção Provisória

1. Logo que a obra esteja concluída, proceder-se-á, a pedido do Empreiteiro ou por iniciativa do Dono da Obra, à sua vistoria para o efeito da receção provisória, nos termos dos artigos 394.º e seguintes do CCP.
2. Deve ser elaborado auto da receção provisória nos termos do artigo 395.º do CCP.
3. Verificando-se pela vistoria realizada que existem trabalhos que não estão em condições de ser recebidos, considerar-se-á efetuada a receção provisória em toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência, aplicando-se o artigo 396.º do CCP aos defeitos da obra.



Cláusula 47ª - Garantia da Obra

1. É aplicado à garantia da obra o estipulado no artigo 397.º do CCP.
2. O Empreiteiro deve proceder à correção dos defeitos de obra em conformidade com os seguintes prazos, contados a partir do pedido de correção do Dono da Obra:
 - a) Defeito que inviabilizam parte ou a totalidade da utilização da obra: início de correção no prazo de **36 (trinta e seis) horas** (correção no prazo sempre **inferior a 5 (cinco) dias** de calendário);
 - b) Defeitos que não inviabilizam a utilização de parte ou da totalidade da obra, mas que prejudicam a estética da obra: correção num prazo sempre **inferior a 6 (seis) semanas**;
 - c) Defeitos que não inviabilizam a utilização de parte ou da totalidade da obra e que não prejudicam a estética da obra: correção efetuada anualmente a todos os defeitos deste tipo; a correção de qualquer defeito tem de ser efetuada num prazo sempre **inferior a 9 (nove) meses**.

Cláusula 48ª - Receção Definitiva

1. Deve ser elaborado auto da receção definitiva nos termos do artigo 398.º do CCP.
2. Verificando-se pela vistoria realizada que existem trabalhos que não estão em condições de ser recebidos, considerar-se-á efetuada a receção definitiva em toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência, aplicando-se o artigo 396.º do CCP aos defeitos da obra e a Cláusula anterior aos prazos de correção exigidos ao Empreiteiro.



Capítulo III - Especificações da Empreitada

Cláusula 49ª - Objetivo da Empreitada

Proceder à impermeabilização das paredes em betão, na fachada Poente do Edifício i3S, entrada principal do edifício: Pretende-se a realização de empreitada que implica os seguintes trabalhos e fornecimentos mencionados ou similares:

	Designação	Quantidade
1	Preparação da Execução da Obra	
1.1	Entrega dos equipamentos: plataforma elevatória e máquina de alta pressão	--
1.2	Preparação das áreas de intervenção, segurança e sinalética aplicável para início da execução do projeto	--
2	Trabalhos para Execução da Obra	
2.1	Lavagem a jato de água de alta pressão de toda a área a intervir	350 m²
2.2	Aplicação de uma demão de primário PU Primário, do tipo Wurth	350 m²
2.3	Aplicação de duas demãos de impermeabilizante, do tipo Isolpur da Wurth	700 m²

Desenhos Anexos ao Caderno de Encargos:

- Alçado poente, do edifício i3S, entrada principal;
- Corte direito e esquerdo da entrada principal;



